



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA  
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG  
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211  
Website: [www.conselhodesaudevarginha.org](http://www.conselhodesaudevarginha.org)



**REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 18/02/2020**

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha/MG, de nº. 371, realizada na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Varginha, no dia 18 de fevereiro de 2020. Primeira chamada às 18h30, e em segunda e última chamada, às 19h13. **Conselheiros presentes/segmentos na saúde:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Andrea Cristina Silva Maróstica (Gestores), Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Jr. (Trabalhadores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Claudio Miranda Souza (Usuários), Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luiz Paulo Riceputi Alcântara (Gestores), Mara Conceição de Araújo (Usuários), Maria do Carmo Coelho (Usuários), Mariane Montalvão Pereira (Prestadores de Serviços), Marcio Nere (Trabalhadores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Ricardo José Paiva Reis (Trabalhadores), Rogério Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Gestores) e Zelma Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** Carlos Roberto Braz Junior (Prestadores de Serviços), Genner Azarias Mendes (Trabalhadores), José Luiz Aparecido (Usuários), Maria Aparecida de Barros Barbosa (Usuários), Racibe de Fátima Faria (Usuários), Silvia de Cássia Pala Reis (Usuários) e Thaís Corcetti (Usuários). **Registra-se a presença de:** Álvaro N. A., Edson Roberto Muniz, João Martins Ribeiro, José de Alencar Faleiros, Lucas Lacerda Pereira, Maria Inês Miranda, Roberta Marques S. Salgado e Tiago F. Silva. Inaugurados os trabalhos, o presidente Cláudio Miranda dá as boas-vindas a todos e informa que a reunião de hoje será no formato de Audiência Pública, tendo como tema “Fluxo e Avaliação da Média e Alta Complexidade”. Por esse motivo não serão realizadas as formalidades das demais reuniões com leitura de ata. Cláudio explica que o chamamento para a Audiência Pública decidido em dezembro de 2019, ocorreu devido ao surgimento de várias queixas da população, junto ao Conselho Municipal de Saúde (CMSV), a respeito de dificuldade de acesso a consultas e exames. Destaca que esta audiência se destina a discutir e esclarecer o trabalho do setor de Regulação, seus fluxos e as filas de acesso a consultas e procedimentos de média e alta complexidade. Cláudio lembra que, para a realização desse evento, foram convidados a Associação Médica, o Sindicato dos Médicos, Defensoria Pública, Ministério Público, Câmara Municipal de Vereadores e o Depto. de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DRCAA), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS). Cláudio informa que a promotora de Justiça, Dra. Alice de Melo Vilela, justificou sua ausência através de e-mail, na qual informa que, devido a sua remoção para outra comarca, não tinha mais atribuições sobre a curadoria da saúde. O presidente Cláudio explica que ainda não havia substituto para o ofício, então desempenhado por Dra. Alice. Cláudio destaca o importante trabalho realizado pela promotora, especialmente com as recomendações 07/2019 e 08/2019, referentes a transparência sobre filas e controle de jornada de profissionais de saúde. Destaca que, em um momento importante de discussões com a gestão, a ausência de representantes ou mesmo de justificativa de ausência da Associação Médica e Sindicato dos Médicos, que chegaram a indicar representantes, mostra que a classe não se coloca aberta ao diálogo dentro dos espaços

instituídos de controle social do Sistema único de Saúde (SUS), como é o Conselho Municipal de Saúde, sendo uma perda lastimável para a população e para a própria classe médica. Cláudio informa que, devido às várias demandas que existem para o Conselho será agendada uma reunião extraordinária no mês de março, a ser comunicada em momento oportuno. Foi iniciada a apresentação da noite pelo enfermeiro Edson Roberto Muniz - diretor do Depto. de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria (DRCAA). Edson explanou sobre o funcionamento do processo de regulação pelo DRCAA na SEMUS. Versou inicialmente sobre a atual equipe de trabalho, explicando que existe uma demanda de mais profissionais, que o departamento já iniciou o processo de contratação de mais dois médicos, possibilitando estabelecer protocolos de linhas de cuidado de forma mais eficiente; dispõe que protocolos precisam ser bem pensados, pois são trilho e não trilha. Relata sobre o interesse da gestão em criar o cargo de médico regulador, para que exista essa carreira dentro da gestão da saúde de Varginha. Apresentou o montante de investimento em saúde no ano de 2019 de R\$ 62.622.219,17, sendo o mesmo tripartite. O repasse médio para os hospitais foi de R\$ 1.648.610,76 para o Hospital Regional e de R\$ 2.839.274,41 para o Hospital Bom Pastor. Informou também que foram realizados 1.153 atendimentos via CISSUL (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Sul de Minas) em 2019 e para 2020 há estimativa de investimento mensal de R\$ 41.000,00. A respeito dos exames, explica que tem trabalhado a melhoria das justificativas dos pedidos de exame junto aos médicos. O conselheiro Luiz faz um aparte, relatando que existem protocolos do Ministério da Saúde para pedido de exames e consultas especializados que poderiam nortear de maneira mais adequada o sistema, uma vez que os protocolos são criados com base em medicina verificada em evidências, o que respalda seu uso. Edson continua sua apresentação indicando o tempo médio para realização de exames, a saber: tomografia - 3 meses; ressonância - 5 meses; ultrassom obstétrico - 30 dias; ultrassom com doppler - 3 a 4 meses; ultrassom geral - 30 a 60 dias; exames laboratoriais – máximo de 30 dias. Cláudio questiona se o sistema de prioridades ainda é o sistema A,B,C,D. E relata que existem muitas queixas da população sobre a dificuldade de acesso quando o procedimento/consulta recebe classificação D, que decorre de demanda que tem passagem por médicos de fora do SUS, e que isso ocorre pela dificuldade de acesso às especialidades. Edson coloca a necessidade da assertividade da classificação das prioridades, e destaca que todos os usuários são agendados quando há correto preenchimento da guia com adequada justificativa e classificação de prioridade pertinente, inclusive com previsão de tempo de agendamento para cada caso, mesmo os de classificação D, que esse tipo de classificação é de responsabilidade dos médicos da Atenção Primária e Secundária. Edson lembra que existe a necessidade de mais dois profissionais médicos que serão contratados em breve para recompor a equipe da regulação, o que poderá contribuir para a agilidade dos processos no setor de Regulação. Luiz questiona se é possível o médico auditor/regulador poder elencar as urgências com base nas informações de prioridades. O vereador Dr. Alencar Falheiros, coloca a necessidade dos médicos receberem formação continuada para entenderem como funciona o trabalho dentro do SUS. Edson responde revelando a intenção da gestão em criar um Núcleo de Educação Continuada dentro da SEMUS, para montar protocolos e fluxos e capacitar os servidores a atuar dentro dos princípios dos protocolos municipais, pois a ausência de protocolos de linhas de cuidado pode representar no aumento de despesas de 37%. A respeito das filas, Edson explica o trabalho do DRCAA em unificar as filas, sendo que antes existiam várias filas para o mesmo procedimento, na Secretaria de Saúde, na Policlínica Central, nas UBS (Unidades Básicas de Saúde), etc. e o trabalho atual está em unificar essas filas. A intenção é que o paciente receba um número onde ele poderá acessar sua posição na fila, trazendo transparência para o sistema, conforme recomendação do Ministério Público. O setor está contratando a construção de um programa, junto à empresa VECTOR, para informatizar o sistema. Especificamente sobre a listagem de fila de espera para cirurgias, houve uma determinação do Ministério Público para que as filas sejam reorganizadas em um prazo de 90 dias.

No caso das cirurgias ortopédicas, hoje são 85 pacientes aguardando e todos serão reavaliados para elencar entre média e alta complexidade e reorganizar as prioridades e a fila. A respeito da nova equipe de neurologia do Hospital Regional, será realizada reunião dia 21/02 para avaliar a efetividade das ações pactuadas. Há uma nova pactuação para cirurgias de catarata, que serão realizadas por meio de mutirão, que tem a previsão de operar 600 olhos e com isso praticamente zerar a fila para cirurgia de catarata em Varginha. Edson destaca que a mudança nos processos do DRCAA exige conjuntamente uma alteração na cultura do local, tanto da população como dos profissionais, o que dificulta o processo. O Presidente Cláudio expõe que a percepção é de que não existem os protocolos e fluxos necessários para adequada organização do setor de Regulação. Edson explica que essa demanda dos protocolos e fluxos é da Atenção Primária e Atenção Secundária, mas que refletem de forma indireta sobre a Regulação. Luiz lembra que já existem esses protocolos por parte do Ministério da Saúde para serem adaptados à realidade local. Cláudio questiona também qual estimativa de prazo para reorganização das filas, inclusive de forma eletrônica. Edson acredita que o prazo é variável a depender da fila, mas como o prazo dado pela promotora é de 90 dias, acredita que tudo estará reorganizado dentro desse período. Cláudio expõe sua percepção de que o setor de Regulação é um para-raios de problemas que não necessariamente são dele, levando em conta que as questões atinentes a fluxo dependem da adesão da Atenção Primária, principalmente dos médicos. Edson responde que é um setor administrativo, que não realiza cuidado, mas permite que o cuidado seja realizado com eficiência. Cláudio também pede esclarecimentos sobre os atendimentos para a especialidade de oftalmologia. Edson informa que existem dois prestadores de serviço e que são contratadas 200 consultas por mês, sendo 100 oferecidas pela SEMUS e 100 pela SEDUC (Secretaria Municipal de Educação), e há a previsão de aumento para três prestadores. Relata que o serviço contratado para os cuidados de Glaucoma está sendo auditado. Foram encontradas algumas inconsistências e com a auditoria tem sido possível melhorar o acesso aos usuários. O conselheiro Carlos louva a ideia do Núcleo de Educação Permanente, relata sua experiência no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), de como esse núcleo, relatando, isso melhora o engajamento dos profissionais ao serviço. Lembra que já existem protocolos municipais construídos para a Atenção Básica, reconhece que alguns não são seguidos e outros precisam ser atualizados e percebe grande dificuldade dos colegas médicos em justificar a necessidade dos procedimentos. Destaca que seguindo os protocolos ministeriais é possível oferecer mais ferramentas para os médicos da Atenção Primária e permitem que o atendimento seja mais assertivo, encurtando os caminhos dos usuários, evitando encaminhar para a Atenção Secundária. Reitera o avanço do município nos últimos anos com criação de novas unidades de Atenção Primária. Carlos defende o uso do SISREG (Sistema Nacional de Regulação), já validado e com experiências exitosas em vários municípios. Questiona o gasto de 60 mil reais por mês com a empresa VECTOR para oferecer sistemas de informação, enquanto existe sistema de forma gratuita para os municípios, como, por exemplo, o e-SUS. Pergunta qual a necessidade da contratação de empresa para criar o sistema, uma vez que existe o sistema público SISREG que consegue atender as necessidades do DRCAA. Questiona também a contratação de profissionais que não realizam e/ou não deixam claro os procedimentos executados pelo profissional, devendo ser revistos tais contratos. Luiz complementa que a demora para acesso aos procedimentos leva os pacientes a inflar a demanda pela atenção secundária e hospitais. Edson explica que a administração optou por um sistema de informação próprio, considera que vários sistemas podem ser implantados com bons resultados, porém o uso da VECTOR é uma decisão administrativa. Mas se compromete em verificar a possibilidade do uso do SISREG. O Conselheiro Vinício coloca que é a favor da informatização e informa que Varginha pleiteou o uso do SISREG e inclusive tem um servidor público já capacitado para uso do sistema, porém o Ministério da Saúde ainda não habilitou o município para tal. Lembra que o custo de 60 mil reais é para todos os sistemas implantados pela Vector desde

Atenção Primária até no hospital. E que provavelmente haverá evolução dos sistemas de informação do SUS, já que está em desenvolvimento o sistema de e-SUS para Atenção Secundária. Lembra que existe um desejo da gestão em usar o sistema público, porém existem casos de sistemas públicos serem descontinuados, desta forma, há necessidade de os sistemas serem perenes. Luiz coloca sobre o SISREG, um sistema que existe desde os anos 2000, lembra que ele não deixa preocupação sobre continuidade e não existe indício de que será substituído em um futuro breve, além de ser um sistema usado por vários municípios de grande porte. Mais uma vez, Edson se compromete em verificar a implantação do SISREG. O Conselheiro Célio questiona sobre um profissional como Assistente Social, se existe planejamento para a contratação de um segundo profissional. Edson responde que já foi solicitado e está aguardando o envio a partir da SEHAD (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social). Célio relata a importância de esclarecer os conselheiros e usuários sobre o funcionamento da Regulação e lembra que no passado era um setor com pouco diálogo, havendo grande dificuldade de saber até mesmo quem eram os médicos reguladores. Destaca ainda que, surgiram vários casos no Conselho com demanda para cirurgias ortopédicas e vê com bons olhos essa reorganização das filas da ortopedia. Sobre a oftalmologia, questiona como são organizadas as cirurgias, se podem ser feitas nos dois olhos da mesma pessoa. Edson explica que podem sim, mas é preciso dar um prazo entre os dois olhos. Célio relata que o Sindicato dos Servidores tem divulgado um plano de saúde, o CASSERV (Caixa de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais), oferecendo serviços através do Hospital Regional, incluindo internação. Gostaria de entender como funcionaria o acesso às vagas de internação. Edson explica que tal plano é particular e a Regulação não interfere nesse processo. Não afeta as vagas do SUS e caso haja ocupação de vagas do SUS ocorrerá crime, passível de responder judicialmente. Edson explica que um dos processos implantados com sua chegada, foi a organização dos formulários do SUS, que passaram a ser usados somente dentro do Sistema Municipal de Saúde, sendo que hoje não é possível médicos usarem nenhum tipo de formulário do SUS na rede particular e que tais atos tem sido verificados e controlados pelo setor de Regulação. O presidente Cláudio lembra dos casos de notícias sobre uso externo de guias, que foram mencionadas em reuniões passadas do Conselho e que considera um avanço a colocação dessas regras. Vinício faz um aparte, sobre os critérios legais a serem seguidos no SUS; critica o clientelismo, inclusive usado por vereadores para conseguirem consultas para cidadãos. Destaca que o pagamento extra cobrado por alguns médicos, fatos sempre mencionados por usuários, mas que não possuem prova documental, para realização de atendimentos no SUS, alcunhado de “coparticipação” no âmbito do Conselho - na verdade trata-se de corrupção. Vê que existe um avanço nesse sentido, onde a população precisa estar mais consciente do funcionamento do sistema, mas é papel de todos monitorarem esse funcionamento adequado: população, vereadores e profissionais. Carlos lembra que o município não consegue atender todas as necessidades com o quadro de profissionais atual, mas que também existe uma acomodação nos consórcios. Questiona porque são contratados profissionais que não executam procedimentos para os quais são prerrogativas dos cargos. Se existe a negativa por parte dos profissionais, porque não é possível rever os contratos. Inclusive lembra-se do questionamento do Conselho a SEMUS sobre a produtividade de cirurgiões. Edson explica que na descrição dos cargos de cirurgião não existe a descrição de cirurgias específicas, buscaram suporte legal junto à promotoria, se poderiam exigir que 60% da carga horária do profissional fosse para a realização de cirurgias e 40% para ambulatorio. Contudo, não é possível dentro da legalidade, pois o médico receberia em duplicidade, além da SEMUS não ter hospital que pudesse cobrar a jornada de 60%. O Conselheiro Paulo parabeniza Edson pela apresentação e questiona se atualmente a Regulação possui algum protocolo implantado. Edson responde que o trabalho atual está pautado na revisão dos fluxos; procuram cumprir os protocolos tentando fazer valer os que já existiam, mas ainda não teve tempo hábil para implantar novos protocolos. Paulo questiona também se a Regulação tem

autonomia para reclassificar o paciente. Edson explica que a médica reguladora pode reavaliar o usuário, e procura discutir com o médico as justificativas do exame. Paulo questiona também se foi definido algum fluxo de trabalho através de protocolos. Edson explica que, com a equipe completa, poderá desenvolver os protocolos. Paulo coloca que o cidadão não conhece o fluxo, e tem gerado demandas ao Conselho e acaba por produzir vários memorandos à SEMUS com questionamentos. Paulo pergunta se houve resultados para os usuários com as pactuações do CISSUL, considerando o valor alto para os padrões do sistema, e mesmo para planos de saúde, que chegam a 200 reais por consulta. Edson relata que um grande problema enfrentado é que os médicos do CISSUL queriam fazer a consulta, mas não as cirurgias. E que hoje ele não tem um levantamento que permite ter certeza da efetividade do sistema. Atualmente, antes de enviar para consulta tem questionado ao médico se este realizará a cirurgia pelo sistema, pois entende que o CISSUL seria a porta de entrada para o usuário, com isso, a SEMUS compra consulta para avaliação cirúrgica - somente se o médico for realizar a cirurgia pelo SUS. Foi questionado também quais especialidades são feitas com pagamento via CISSUL, sendo: hematologia, nefrologia, urologia, cirurgia (abdominal e torácica). Paulo complementa que vê de forma positiva o pagamento pelo consórcio, pois resolve um pouco a questão da má remuneração pelos procedimentos do SUS, considerando que a tabela SUS chega a pagar 10 reais por algumas atividades, e também da “coparticipação” de duvidosa legalidade; porém vê com preocupação o fato do valor pago ser tão alto. Paulo também lembra do tempo elevado de internação na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), mesmo sendo de conhecimento amplo que a UPA não realiza tal serviço, havendo dificuldade de os usuários conseguirem leitos nos hospitais. Critica o problema de haver hospitais que não são porta de entrada, apesar das pactuações para isso. Luiz explica que os hospitais que deveriam atender demanda espontânea em Varginha não atendem, e com isso, a UPA, órgão da Atenção Secundária, acaba internando. Vê que hoje a UPA atende Atenção Primária, Secundária e é um mini-hospital. Edson coloca que a média de internação na UPA é de 9 dias. Mas destaca que, quando ocorre de um usuário morrer na UPA, não significa que não houve assistência, pelo contrário; às vezes a assistência pode ser até melhor que no hospital. Mas reconhece que a UPA não deveria internar e que a Regulação tem dado suporte a unidade para gerenciar a oferta de leitos de internação. Uma das ações foi a implantação de uma ferramenta que mostra a ocupação de leitos no Hospital Bom Pastor, por meio do sistema Vector, que será regulado para buscar a internação dos usuários em tempo adequado. Já em relação ao Hospital Regional, existe um pouco mais de dificuldade pelo perfil daquela instituição, mas existe a proposta de mudança de repasse de recursos, em vez da transferência por valor fixo, para procedimentos efetivamente realizados, de forma a permitir maior interesse na abertura para receber usuários por parte daquele hospital. Vinício complementa que apesar de existirem protocolos ministeriais, os mesmos precisam ser adaptados à realidade do município. Coloca que abrir porta de atendimento nos hospitais, não resolve o problema. Sendo que existe um custo de R\$ 200.000,00 para colocar um plantonista a mais em um hospital e por isso é contra essa visão. Vinício acredita que o caminho é ampliar a Atenção Primária, inclusive nos horários de atendimentos. Complementando o assunto, o presidente Cláudio critica o alto custo da implantação do Hospital da Criança, uma intenção da atual gestão, na contramão da fala de expansão da Atenção Primária. Carlos coloca que concorda da importância das APS, mas lembra que os hospitais recebem para realizar esse serviço de atendimento as urgências. Cita o exemplo do SAMU, que precisava levar os usuários direto para Hospital Regional e Bom Pastor, mas são recusados e acabam primeiro sendo levados para UPA, para depois serem direcionados para os hospitais. E que, ironicamente, quando os usuários são de outros municípios, tais hospitais recebem diretamente, mas os de Varginha não são recebidos. Vinício e Mário Terra complementam que já foi ajustado esse fluxo, principalmente junto ao Hospital Regional, e que isso foi formalizado e que, a partir de agora, os usuários de Varginha serão enviados diretamente

aos hospitais, sendo que Vinício informa que encaminhará esse novo fluxo ao Conselho para ciência. A conselheira Mara questiona sobre usuários que conseguem vagas por suporte de vereadores, se essa prática continua sendo possível mesmo com as mudanças adotadas na Regulação. Edson relata que essa prática de “furar a fila” atualmente não é possível pela forma de regular as AIHs (Autorização de Internação Hospitalar), que saem somente via secretaria. O Conselheiro Ricardo complementa que, na fisioterapia, também existe essa demanda por parte de vereadores para se priorizar certos usuários e que, mesmo com a negativa, os pedidos são frequentes. Edson complementa que o prefeito autoriza que esses pedidos sejam negados, e que, considerando que há o pedido, é feita verificação se de fato há erro ou apenas a busca de favorecimento. Carlos complementa que quando atuou como médico regulador recebeu pedidos com justificativa de procedimentos descritos: “a pedido de vereador”. E lembra da dificuldade do médico regulador de Varginha sobre os casos encaminhados de outros municípios via pactuações. Edson coloca que existe um controle indireto sobre os outros municípios, cabendo às autoridades locais triarem seus usuários. Carlos lembra que o SISREG poderia inclusive auxiliar nesse processo de regulação junto a outros municípios. O conselheiro Vinício lembra de casos de contratos de gaveta em outros municípios, mencionados nas reuniões da Comissão Intergestores Regional – (CIR), e também de pagamento de consultas particulares por cidadãos e direcionamento por parte dos médicos das operações via SUS em Varginha. E destaca que tais casos têm sido encaminhados ao Ministério Público com provas. Relata que existe um alinhamento do entendimento dessas questões pela equipe de trabalho da SEMUS (Edson, Vinício, Mário Terra e a Médica reguladora). Edson complementa que tem deixado claras as regras do jogo para os municípios parceiros, que, casos encaminhados da rede particular para serem operados via SUS serão encaminhados ao Ministério Público. O conselheiro Hudson coloca que o VECTOR é um sistema antigo dentro da área de informática e que em levantamento realizado por Joracy (que fora responsável pela área de finanças na SEMUS) foi detectado que não se utiliza 100% do que é possível dos serviços oferecidos pela VECTOR; que somente 30% seria utilizado. Destaca que desde 2010 a empresa já recebeu 7 milhões de reais e com esses valores seria possível implantar um sistema mais moderno. Edson responde que a prerrogativa de contratação é da gestão municipal, mas relata que já foram feitas pesquisas com outras duas empresas que também se mostraram boas opções. Relata que para o setor de Regulação e TFD (Transporte Fora do Domicílio), a lista de espera criada pelo Sistema VECTOR atende bem a necessidade. Complementa que a empresa apresentou o sistema que tem muitas funcionalidades, porém os profissionais não estão capacitados para usar. Desta forma, foi escalonado um treinamento para aprimorar o uso pelos servidores. **O conselheiro Hudson propõe que seja solicitada a SEMUS uma avaliação de satisfação dos usuários do Sistema Vector, sendo a proposta acatada e será posteriormente encaminhado o pedido à gestão.** O conselheiro Paulo questiona quem tem acesso ao banco de dados da saúde, sendo informado que o banco de dados fica na SEMUS, sendo que o VECTOR só administra o sistema. O vereador Dr. Alencar expôs que Varginha é refém dos médicos especialistas e precisa dar mais poder aos médicos generalistas, permitindo ao sistema funcionar de acordo com os preceitos que a Atenção Primária deve ser, a base do sistema de saúde, responsável por resolver 80% das necessidades de saúde. Acrescenta sobre a importância de se trabalhar a prevenção, desenvolvendo ações para que cheguem menos problemas ao setor de Regulação, como realizar ações mais básicas de controle de hipertensão e diabetes com excelência. Dr. Alencar parabeniza a iniciativa da Audiência Pública e acredita que Varginha está no caminho pela busca de mais qualidade nos serviços de saúde. Após, o presidente Cláudio toma a palavra; destaca que os médicos, através da Associação Médica e Sindicato dos Médicos, foram convidados para participarem dessa audiência, mas não compareceram. Cláudio complementa que a categoria, que está em momento de luta por melhorias, e que se queixam da falta de diálogo, mas quando se abriu um espaço, não compareceram demonstrando incoerência. E menciona isso, diante da

notícia veiculada de um movimento de paralisação da classe médica, marcado para dia 19/02/2020. Paulo questiona se a gestão foi informada e como ficarão os atendimentos agendados para a data. O secretário Mário Terra responde a questão informando que os médicos tentaram negociação com o prefeito Antônio Silva, buscando prazo de 30 dias para repactuar sobre o registro do ponto, contudo, o prefeito foi taxativo em destacar a liberdade de paralisação, mas que não abre mão do registro de ponto por todos os profissionais e que todos recebam somente pelas reais horas trabalhadas. Mario também elogia a apresentação de Edson e a pertinência das colocações de Vinício. E reitera que Varginha caminha a passos largos para a melhoria da saúde da cidade. Faz um relato das melhorias alcançadas na sua gestão: inauguração de 7 UBS em 3 anos, nos seguintes bairros: Vila Mendes, Centenário, Mont Serrat, Bom Pastor, Novo Tempo, Caic 1, Caic 2, além do Centro Municipal de Fisioterapia. Relata que todas as demais UBS foram reformadas e que estão finalizando a reforma da Policlínica Central. As próximas unidades a serem reformadas serão as da Zona Rural. Foi criado o ambulatório de feridas na Policlínica Central, além da atualização da legislação municipal permitindo a abertura das farmácias aos domingos. Implantação do Programa Saúde na Hora na unidade do Imaculada - tal programa amplia o atendimento das Unidades de Saúde até as 19h e a gestão pretende implantar o programa em mais 3 UBS para atender os 4 quadrantes assistenciais. Foram comprados relógios de ponto para todas as unidades da SEMUS, que já estão em processo de instalação. Os ultrassons das gestantes de alto risco passarão a ser realizadas na Policlínica Central. Foi realizada implantação das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no município, com as práticas de auriculoterapia e dança circular. São realizados em média 500 atendimentos diários na UPA. O Conselho Regional de Odontologia certificou o município como melhor Saúde Bucal do estado de Minas Gerais, recebendo como prêmio, um aparelho de RX de última geração. Na contramão da região que registraram muitos casos de Dengue, Varginha apresentou apenas 108 casos positivos. Comprovando que a fiscalização dos profissionais de combate a endemias tem sido efetiva, além da realização de mutirões de recolhimento de materiais inservíveis. A gestão também conseguiu aprovar na Câmara, o pagamento de combustível de quem faz tratamento fora do domicílio, quando a família achar mais confortável fazer a viagem em veículo próprio, além do custeio de R\$ 60,00 para alimentação desses usuários que comprovarem vulnerabilidade econômica. Em parceria com a Câmara Municipal de Vereadores, a gestão realizou a atualização do código sanitário municipal, com atualização dos valores cobrados para realização dos serviços de emissão de alvará de funcionamento e localização. Varginha também fez a migração para Gestão Plena do Sistema de Saúde, sendo que agora os recursos são repassados diretamente do Governo Federal para o Fundo Municipal de Saúde (recursos da ordem de 6 milhões mensais). Lembra que o governo do estado ficou devendo 60 milhões de reais e que a gestão estadual atual pactuou a quitação dos débitos, com previsão para pagamento em 60 meses. Mario solicitou que fosse registrado em ata, tal relato. Após, o presidente Cláudio destaca a excelente apresentação de Edson pela clareza nas informações prestadas e a boa vontade para o diálogo. Edson agradece o Conselho pelo convite e o espaço para fala, e reconhece como órgão legítimo para participação popular e se coloca à disposição para esclarecimentos posteriores. Cláudio lembra que para o mês de março está pautada a discussão e votação da Programação Anual de Saúde e propõe que seja tratada em reunião extraordinária a prestação de contas das atividades da Mesa Diretora do último semestre, bem como seja apresentado o RDQA (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior) - último quadrimestre de 2019. O conselheiro Paulo propõe a revisão do procedimento da leitura de ata, uma vez que demanda muito tempo das reuniões, passando sempre de meia hora. A proposta seria que as atas sejam enviadas a todos os conselheiros via e-mail, e para quem tem dificuldades de acesso virtual, possa ir pessoalmente ao Conselho onde será disponibilizada uma cópia impressa. Seria dado prazo de cinco dias para apresentação de correções na redação e posteriormente a ata será aprovada e publicada no site do Conselho, sendo que em reunião só

seriam levadas discussões referentes a ata, como omissões e erros de interpretação que não se referem a erros materiais, ou seja, erros que não alteram o conteúdo relatado, ou equívocos de horário e incorreções de nomes. O conselheiro Vinício, relata que esse já é um procedimento adotado em outras reuniões como CIR (Comissão Intergestores Regional) e CIB (Comissão Intergestores Bipartite). Todos os presentes aprovaram a proposta, que já passa a ser válida a partir desta reunião. O presidente Cláudio encerrou a reunião as 22h05, agradecendo a presença de todos e, eu Daniele Moreira na função de secretária, lavrei esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.